

# História e memória: contribuições dos estudos das Instituições Escolares para a História da Educação

## *History and Memory: contributions from the Educational Institutions studies to the History of Education*

Margarita Victoria Rodríguez

Dra. em Educação pela UNICAMP, professora do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação (UCDB).  
e-mail: poroyan@uol.com.br

Desde os anos de 1990, verifica-se a expansão de diversos grupos de pesquisas de educação, tanto no âmbito nacional como internacional, que desenvolvem investigações sobre a história das instituições escolares a partir de diversos enfoques teóricos metodológicos. Além disso, também se detecta uma notável produção científica sobre o mencionado objeto de investigação apresentada em eventos acadêmicos de diferentes naturezas, encontros, congressos, seminários, colóquios, entre outros. Sendo assim, este Dossiê apresenta trabalhos que discutem historicamente as instituições escolares, a partir de diferentes abordagens, com o intuito de contribuir para o debate da História da Educação.

A educação, inicialmente, acontecia de modo natural, espontânea e inconsciente, na própria produção humana e reprodução da natureza, ou seja, de modo informal. Lentamente, porém, esta forma de educar foi sendo deixada apenas para as aprendizagens que visavam uma socialização primária, e a educação formal foi ocupando um lugar central na produção e reprodução do conhecimento socialmente construído. Em decorrência disso, foram criadas instituições especializadas responsáveis por produzir, sistematizar e socializar conhecimentos.

A socialização e construção de conhecimentos institucionalizados adquiriram centralidade, e a instituição escolar foi adotada como a principal modalidade educativa na sociedade contemporânea. Os estudos que visam compreender e analisar a constituição dessas instituições têm ganhado relevância na historiografia da educação.

De modo geral, pode-se afirmar que as escolas e o sistema educacional, por mais heterogêneos que sejam, aparecem como localidades que não podem ser negligenciadas como amostra significativa do que realmente acontece em termos educacionais e em qualquer país, e, especialmente no Brasil, onde as análises governamentais têm a tendência de obscurecer a problemática real de seu sistema escolar.

Nesse sentido, seja na formulação de interpretações ou análises que dêem conta do presente ou do passado, as escolas apresentam-se como locais que portam um arsenal de fontes e de informação fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias e, sobretudo,

sobre a história da educação brasileira. (GATTI, 2002, p. 4)

Nesses termos, compreende-se a educação como um processo histórico e social que envolve opções políticas de produção e socialização de conhecimentos. Estas opções se materializam nas práticas educativas, nos projetos formativos, bem como nas formas institucionalizadas de ensino. Deste modo, “A história da escola e das instituições educativas se configuraria como campo de estudos referidos aos lugares formais de educação com uma consideração especial exatamente para a escola (RAGAZZINI, 1999, p. 25)”.

A instituição educativa é uma organização social que se constitui tanto no plano histórico quanto no plano pedagógico como uma totalidade e recebe a influência social e cultural do meio em que se encontra. A instituição também é marcada pela própria cultura pedagógica presente no ideário e nas práticas de diversa natureza, e é dirigida por indivíduos oriundos de diferentes camadas sociais.

Magalhães (1999, p. 70) considera que,

A história das instituições educativas constitui um processo epistêmico que medeia entre a(s) memória(s) e o arquivo, não se limitando a memória às dimensões orais, mas incluindo as crônicas e outros textos afins e não se confinando o arquivo à documentação e informações escrita. Totalidade em organização e construção, uma instituição educativa não é estática, nem a percepção de conjunto se obtém a partir de uma única fonte ou de uma só vez. Se a primeira aproximação à história de uma instituição educativa se obtém a partir de um olhar externo, é, todavia à medida que o historiador mergulha na sua interioridade a partir de informações que lhe permitam uma análise sistemática, sob um mesmo conjunto de fenômenos, que a história estabelece hipóteses-problemas e esboça um sentido para as suas investigações. Uma compreensão, uma hermenêutica que se processa de forma gradual e para a qual os primeiros contactos com o arquivo são fundamentais. O arquivo, tal como se encontra organizado, quando o investigador inicia o seu trabalho, constitui uma informação multidimensional e uma representação muito aproximada da evolução, das dimensões e do sentido que a instituição empresta ao seu quotidiano e ao seu destino.

É difícil explicar a história da educação levando apenas em consideração dimensões isoladas, sejam elas as políticas, as institucionais, os saberes pedagógicos ou as idéias pedagógicas. Por tal motivo, é primordial articular todos estes aspectos, frisando que o recorte histórico que o pesquisador realiza, evidentemente, focaliza uns desses aspectos, porém leva em consideração a relação dialética entre o singular e o universal.

Ragazzini (1999, p. 25) afirma que é necessário superar o enfoque tradicional de estudos que pretende explicar a história da educação segundo uma única perspectiva:

O enfoque tradicional voltado aos aspectos constitutivos de ordem legislativa mostra-se, por si só, parcial e insuficiente. Não poderá ser esquecido o complicado processo que leva dos comportamentos comuns às normas sociais e às normas jurídicas formais (lá onde existe um Estado e uma prática legislativa e jurídica de tipo moderno); contemporaneamente, não poderá ser esquecido também o simétrico e diferentemente complicado processo que se interpõe entre as normas jurídicas e as práticas sociais... [o autor alerta que] a história das instituições não pode se limitar aos aspectos estritamente normativos: a instituição é governada (com formas de gerenciamento

e decisões políticas, periféricas e centrais); é definida por espaços organizados, tempos administrados e modalidades internas de funcionamento; possui figuras profissionais e usuários próprios; possui relações externas com outras instituições, com os contextos ambientais e a dinâmica social.

O estudo das instituições escolares enfrenta problemas de ordem epistemológica porque o conceito de instituição é ambíguo e extremamente complexo:

[...] usamos instituição para indicar uma única escola e também para indicar o sistema escolar e o que dizer das competências educativas da “instituição” municipal, das atividades da instituição eclesiástica, daquela militar? E não poderíamos chegar até as atividades formativas dos partidos e dos sindicatos? E em determinados contextos históricos, certos eventos, festas ou ritos – religiosos, civis, esportivos, de diversão etc. –, não têm talvez um caráter ou um significado do institucional? E, enfim, não se diz, também, que a família é uma instituição social? Eis que a história da escola e das instituições educativas se alarga até a história social de educação. (RAGAZZINI, 1999, p. 26)

Com efeito, o estudo histórico das instituições educacionais deve considerar os diversos aspectos envolvidos para podermos compreendê-las nos âmbitos social e institucional. Focalizar as instituições escolares, nos estudos da História da Educação, implica também detectar as possíveis vinculações e articulações com a história da política educacional, considerando os aspectos escolares internos e seus condicionantes do contexto histórico, visando a compreensão dos “modelos” sociais, culturais e religiosos presentes nesses contextos. Portanto, é imprescindível desvendar os interesses de classe e as lutas travadas pelas elites regionais e nacionais presentes no âmbito da disputas pelo controle ideológico do aparelho escolar, bem como apreender os movimentos e concepções educacionais presentes, tanto nas definições das políticas quanto nos modelos de organização pedagógicas das instituições (WERLE, 2002).

Sendo assim, os estudos das instituições escolares levam em consideração as idéias educativas, além de compreender o papel desempenhado pelos intelectuais e/ou grupos/tendências pedagógicas presentes no recorte histórico definido pelo pesquisador, de acordo com seu referencial teórico-metodológico. Essa opção lhe permite identificar as relações existentes entre os projetos políticos e os discursos educativos, explicitados no âmbito da história da educação.

Assim, também, em muitas pesquisas de História da Educação são desenvolvidos os estudos da memória. O conceito de memória historicamente foi objeto de estudos filosóficos e científicos. Este conceito foi modificado e adequado conforme o devir histórico, assumindo diversas funções nas sociedades e adotou diferentes explicações de acordo com as necessidades sociais de produção de conhecimentos de cada período histórico.

Na atualidade, este conceito tem adquirido um novo interesse, especialmente nos estudos realizados por pesquisadores das ciências físicas e biológicas que focam o funcionamento da memória e oferecem importantes contribuições para o campo das Ciências Sociais e Psicológicas, áreas do conhecimento que pesquisam temas vinculados à memória coletiva e individual. Esses estudos discutem conceitos como retenção, esquecimento,

seleção. Nesse sentido, a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências/experiências ocorridas no passado.

No campo da história, os trabalhos de Maurice Halbwachs (1990) contribuem para compreender a relação existente entre a sociedade e a memória pessoal. O autor considera que a memória aparentemente mais particular nos conduz indefectivelmente a um grupo social humano. Ou seja, a lembrança do indivíduo está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. É no contexto dessas relações que se constroem as lembranças. O rememorar como ato individual só é possível na urdidura das memórias dos diferentes grupos com a qual o sujeito se relaciona. Portanto, a memória do sujeito fica impregnada das memórias dos seres humanos que o rodeiam, mesmo que não se tenha consciência da presença deles.

O lembrar e a percepção do mundo circundante se constituem como conseqüência de intrincadas experiências, que inicialmente são captadas de modo confuso, porém logo se organizam como uma unidade que parece ser só do próprio sujeito. Halbwachs considera que as lembranças se nutrem das diversas memórias proporcionadas pelo grupo, chamadas de 'comunidade afetiva', que serve como marco referencial. Assim, seja nos processos de produção da memória, ou na sua rememoração, o outro tem um papel basilar.

A memória se modifica e se rearticula conforme a posição que o sujeito ocupa e as relações que estabelece nos diversos grupos dos quais participa. Como já manifestado, as memórias individuais alimentam-se da memória coletiva e histórica e incluem elementos mais amplos do que a memória construída pelo indivíduo e seu grupo. Nesse processo de relações entre seres humanos, a linguagem é um dos elementos mais importantes, que afirma o caráter social da memória, ou seja, lembrar e narrar são elementos constitutivos da linguagem. A linguagem é um instrumento socializador da memória porque reduz, unifica e aproxima, num mesmo espaço histórico e cultural, diversas vivências, recordações e experiências.

Também, a memória envolve todo um processo de luta de classes na disputa pelo controle do que deve ser lembrado ou esquecido. Implica, logo, numa pugna que se expressa no uso de mecanismos de controle de um grupo sobre o outro. Desse embate resultam, por exemplo, as escolhas dos documentos a serem preservados, dos fatos que merecem ser estudados e das datas que devem ser comemoradas, entre outros aspectos. Um outro elemento constitutivo da memória é o espaço de referência ela se organiza conforme as referências espaciais dos grupos, ou seja, o habitat social.

Como afirma Hobsbawm (1998, p. 22),

Todo ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas. Provavelmente todas as sociedades que interessam ao historiador tenham um passado, pois mesmo as colônias mais inovadoras são povoadas por pessoas oriundas de alguma socieda-

de que já conta com uma longa história. Ser membro de uma comunidade humano é situar-se em relação a seu passado (ou da comunidade) ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.

Desse modo, que um sujeito recorde determinadas situações ou fatos e que fiquem registrados na sua memória, implica uma ação seletiva e portanto parcial e comprometida com uma opção política e filosófica. Porém, isto não impede que os estudos históricos tenham como objetivo especialmente recuperar essa “memória”. Os dados que ficam materializados nos documentos (leis, artefatos arqueológicos, utensílios, entre outros) também são preservados de maneira seletiva. Não existe a intenção, portanto, de eliminar ou atenuar esta condição presente em qualquer tipo de depoimento, seja oral, escrito ou artefato, senão alertar sobre esta condição seletiva que deve ser observada pelo historiador ao se aproximar do objeto de pesquisa.

A preservação da memória não significa apresentá-la como fato histórico, acreditando que existe uma memória histórica objetiva, parcialmente perdida ou eclipsada e que precisa ser “recuperada”, desconsiderando que a história é um processo de construção coletiva. É evidente que as recordações não são imparciais e que estão carregadas de subjetividade, porém elas podem contribuir para o conhecimento histórico. Assim,

Ao situarem a memória simultaneamente como fonte de alternativa e resistências vernáculas ao poder estabelecido e como objeto de manipulação ideológica hegemônica por parte das estruturas do poder cultural e político, os historiadores fizeram muito mais do que simplesmente incorporar a memória à sua coleção de ferramentas, fontes, métodos e abordagem. A própria memória coletiva vem se convertendo cada vez mais em objeto de estudo: ela tem sido entendida, em todas as suas formas e dimensões, como uma dimensão da história com uma história própria que pode ser estudada e explorada. (THOMSON, FRIXCH, e HAMILTON, 2001 p. 77)

Deste modo, esta recuperação não parte de um sujeito abstrato – seja a sociedade ou a humanidade – que adota um caráter de divindade capaz de conservar e manter as lembranças até o presente. Tampouco pode se considerar que exista um ser humano que conserva no seu interior a totalidade dos fatos dos quais participaram todos os sujeitos e que no presente devem ser descobertos ou resgatados, porque esse sujeito abstrato que contém no seu seio toda a memória histórica não existe, seria apenas um ente metafísico.

A história como ciência não é apenas memória, porque não significa somente a recordação do passado. Ela utiliza-se de métodos para a interpretação, reconstrução e ordenação dos diversos tipos de documentos que permanecem no presente. Portanto, a História é produto do entendimento racional e não só da memória individual ou coletiva, pois a memória ou amnésia tem como suporte o cérebro humano (singular) de cada homem. Assim, a memória consegue conservar aquilo que cada homem singular experimentou ou viveu, ou seja, envolve aquilo que afeta diretamente sua trajetória ou atuação na sociedade. História então não se reduz à memória, mas esta faz parte daquela.

Evidentemente, a preservação da memória histórica pessoal (parcial e seletiva), considerada aqui como uma lembrança do mundo histórico que cada sujeito ou grupo viveu ativamente, não pode pretender ser uma história objetiva ou total. A memória histórica só poderá se aproximar da imparcialidade quando deixa de ser memória e passa a ser simplesmente história; enquanto as memórias pessoais – lembranças, fatos ou episódios – ultrapassam o mero interesse individual e afetam outros homens adquirindo então importância geral e pública, superando o mero interesse privado (LE GOFF, 1996).

Por conseguinte, as pesquisas que adotam esta abordagem não procuram apenas “preservar” a memória, mas objetivam priorizar uma leitura da história que implica romper com versões reducionistas e encarar um empreendimento de coleta e organização de documentos, artefatos e depoimentos orais, dispersos e ou desarticulados, com o intuito de contribuir para o conhecimento da história da educação e das políticas educacionais, mediante o resgate e catalogação das fontes que, às vezes, se encontram em arquivos pessoais.

Enfim, não se pretende apenas incorporar a memória à história, porque se considera que o processo de compreender e dar sentido ao passado é complexo, sendo “entendido como uma capacidade mais geral, expressa de várias formas e modos, que podem ser mais bem entendidos como organizados em vetores de diferentes espectros, em vez de estarem agrupados em torno de noções polarizadas de história e memória” (THOMSON, FRIXCH e HAMILTON, 2001, p. 78).

Por considerar que a historiografia da educação oferece um rico conjunto de documentos, todavia não suficientemente explorado como objeto de pesquisa e destacando os esforços das diferentes instituições e pesquisadores por organizar centros e núcleos que sistematizem arquivos, entende-se que esta coletânea de artigos reunidos neste dossiê contribuirá para o debate da história da educação e das instituições escolares, na medida em que são disponibilizados aos leitores trabalhos realizados por pesquisadores que têm como objetivo a preservação de fontes históricas como patrimônio social, visando o conhecimento da história, da sociedade e do próprio homem.

Os trabalhos aqui reunidos trazem investigações históricas sobre a história da educação, pensamento pedagógico, assim como das políticas educacionais e seus possíveis desdobramentos e influência na decisão da criação das instituições escolares.

Na sessão Ponto de Vista, o professor José Luís Sanfelice, no artigo “História das instituições escolares: desafios teóricos”, reflete sobre as pesquisas que abordam as instituições escolares e os problemas de cunho epistemológico e metodológico que o pesquisador deve enfrentar no seu trabalho. Além de alertar que, na produção acadêmica, está presente sempre o confronto ideológico, tanto na escolha das fontes históricas, como nos referenciais científicos que servem de marco teórico para as análises.

Na sessão artigos são apresentados treze trabalhos que analisam a história das instituições escolares a partir de diversas abordagens:

Maria Elisabeth Blanck Miguel, no artigo “A institucionalização da instrução pública no Paraná: um estudo a partir de fontes”, discute a institucionalização da instrução pública, as concepções pedagógicas e a materialização das instituições escolares na província do Paraná, no período imperial. O trabalho “A institucionalização escolar entre 1879 e 1930”, de Sérgio Castanho, destaca a expansão da institucionalização da escola no final do Império e da Primeira República no Brasil, no contexto da modernização da nação, e distingue os embates políticos e ideológicos entre as diversas facções das camadas dominantes pelo controle político e instrucional do país.

O artigo de Maria Teresa Santos Cunha, “Tempos vividos na Escola Militar: Memórias de um aluno (1897-1900)”, discute as práticas cotidianas que caracterizavam uma cultura escolar de época mediante a análise das memórias escritas por Lucas Alexandre Boiteux, estudante na Escola Naval de Rio de Janeiro. Geraldo Gonçalves de Lima e Décio Gatti Junior, no trabalho “Entre escolarização e instituições escolares na historiografia da educação: a emergência dos grupos escolares no Brasil da República velha (1889-1930)”, realizam uma reflexão a respeito das mudanças operadas no campo da história e da historiografia da educação e analisam suas influências nas pesquisas acadêmicas, voltando sua apreciação para a implantação dos Grupos Escolares no Brasil enquanto instituições de ensino que respondiam ao ideário republicano, caracterizado pelas idéias liberais de instrução pública, laica, gratuita e universal.

No trabalho “A segunda escola profissional para o sexo feminino (RIVADÁVIA CORRÊA) do Distrito Federal ou a trajetória de sua diretora – Benevenuta Ribeiro (1913-1961)”, escrito por Nailda Marinho da Costa Bonato, apresenta-se a trajetória da Escola Rivadávia Corrêa como instituição educativa destinada ao sexo feminino, dando destaque à participação da diretora Benevenuta Ribeiro que foi elogiada pelo sucesso pedagógico da escola, além ser uma das participantes da primeira Conferência pelo Progresso Feminino, em 1922. Henrique Alves de Lima e Rosa Lydia Teixeira Corrêa, no artigo “Ideário de formação de professores: Colégio Sagrado Coração de Jesus”, apresentam a pesquisa na qual analisam o percurso histórico da mencionada instituição e tentam compreender o ideário de formação de professores sustentado pela escola mediante a análise de depoimentos orais, de documentação do Colégio e jornais em circulação, no período 1970 a 1980.

A seguir quatro trabalhos deste Dossiê são o resultado de pesquisa sobre instituições escolares no estado de Mato Grosso no Período Imperial e Republicano: Ana Paula da Silva Xavier e Nicanor Palhares Sá, no artigo “A Escola Normal de Mato Grosso no século XIX”, analisam a institucionalização da formação de professores normalistas no período 1837 e 1889, destacando as vicissitudes e lutas pela implantação da Escola Normal em Mato Grosso, instituição que teve como objetivo inculcar os valores políticos e morais apregoados no período. O artigo “Professores e instituições escolares no contexto do regionalismo mato-grossense”, escrito por Marisa Bittar e Amarílio Ferreira Jr., discute a

relação entre regionalismo, disputas políticas entre as elites agrárias de Mato Grosso e as instituições escolares da primeira metade do século XX. Os autores demonstram, a partir do estudo dos depoimentos das professoras cuiabanas, a influência deles na educação do sul do estado. Também salientam que as instituições escolares contribuíram para que a população mato-grossense incorporasse valores em defesa do regionalismo.

Silvia Helena Andrade de Brito, no artigo “O trabalho didático nos Grupos Escolares Joaquim Murtinho e Luís de Albuquerque (MATO GROSSO, 1910-1950)”, apresenta a pesquisa que analisa a organização do trabalho didático nos dois grupos escolares e destaca que esta forma de escolarização permitiu a materialização da forma/conteúdos mais acabados e organizados de maneira gradual e sistemática. O trabalho de Regina Tereza Cestari de Oliveira e Arlene da Silva Gonçalves, “Iniciativas de modernização escolar em Mato Grosso: Grupos Escolares e formação docente – o Sul do Estado (1910-1950)”, analisa o processo de organização da educação primária pública, materializado nos Grupos Escolares implantados em Campo Grande e focaliza a dimensão das políticas educativas no período republicano.

O artigo de Jaime Caiceo Escudero, “Los Orígenes del Hogar de Cristo en Chile”, aborda as origens do Hogar de Cristo e a contribuição educativa dessa instituição para formação das crianças e jovens. Ademais, destaca a influência social e política da Igreja Católica no contexto da sociedade chilena em meados do século XX. Terezinha Oliveira, no trabalho “Os mosteiros e a institucionalização do ensino na alta idade média: uma análise da história da educação”, considera que os Mosteiros medievais, da mesma forma que as escolas contemporâneas, foram responsáveis em divulgar e preservar os conhecimentos, além de formar os homens e a sociedade de seu tempo. Por fim, no artigo “Estado romano e instituições escolares”, José Joaquim Pereira Melo reflete a respeito da relação entre o Estado e as instituições escolares durante o período da República e o Império Romano. Distingue a importância da iniciativa privada para a educação das crianças e jovens e evidencia a interferência do Estado, seja na organização e/ou nos conteúdos das instituições.

## Referências

GATTI JUNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos Souza e GATTI JUNIOR, Décio. Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, J. História e Memória. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: SANFELICE, José Luís, SAVIANI, Dermeval e LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas, SP: Autores Associados; HISTERDBR,1999.

RAGAZZINI, Dario. Os estudos histórico-educativos e a história da educação. In: SANFELICE, José Luís, SAVIANI, Dermeval e LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas, SP: Autores Associados; HISTERDBR,1999.

THOMSOM, Alistair; FRIXCH, Michael e HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO Janaína (Orgs.). Usos e abusos da história oral. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). Fontes, história e historiografia da educação. Campinas: Autores Associado; HISTEDBR: PUCPR;UNICS; UEPG, 2002.

Margarita Victoria Rodríguez

Organizadora do Dossiê “História das instituições escolares”

